



# AGENDA RIO 2030

PROPOSTAS POR JUSTIÇA ECONÔMICA,  
RACIAL, DE GÊNERO E CLIMÁTICA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Agenda Rio 2030 / coordenação Claudia Cruz...  
[et al.]. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro :  
Associação Casa Fluminense, 2022.

Outros coordenadores : Larissa Amorim, Lucas  
Martins, Taynara Cabral.  
ISBN 978-65-994570-7-4

1. Agenda 2030 para desenvolvimento sustentável  
2. Democracia 3. Desenvolvimento econômico 4. Gestão  
pública 5. Mobilidade 6. Meio ambiente 7. Rio de  
Janeiro (RJ) - Condições sociais 8. Rio de Janeiro  
(RJ) - Desenvolvimento sustentável 9. Organizações da  
sociedade civil - Brasil I. Cruz, Claudia. II.  
Amorim, Larissa. III. Martins, Lucas. IV. Cabral,  
Taynara.

22-109577

CDD-330.9

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Sustentabilidade econômica da sociedade :  
Economia 330.9

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

# AGENDA RIO 2030

PROPOSTAS POR JUSTIÇA ECONÔMICA,  
RACIAL, DE GÊNERO E CLIMÁTICA

# SUMÁRIO

8

Diagrama  
síntese

4

Pega  
a visão

28

Justiça  
climática

10

Justiça  
econômica

34

Mapa das  
Agendas  
Locais 2030

36

Segue  
a missão

16

Justiça  
racial

22

Justiça  
de gênero

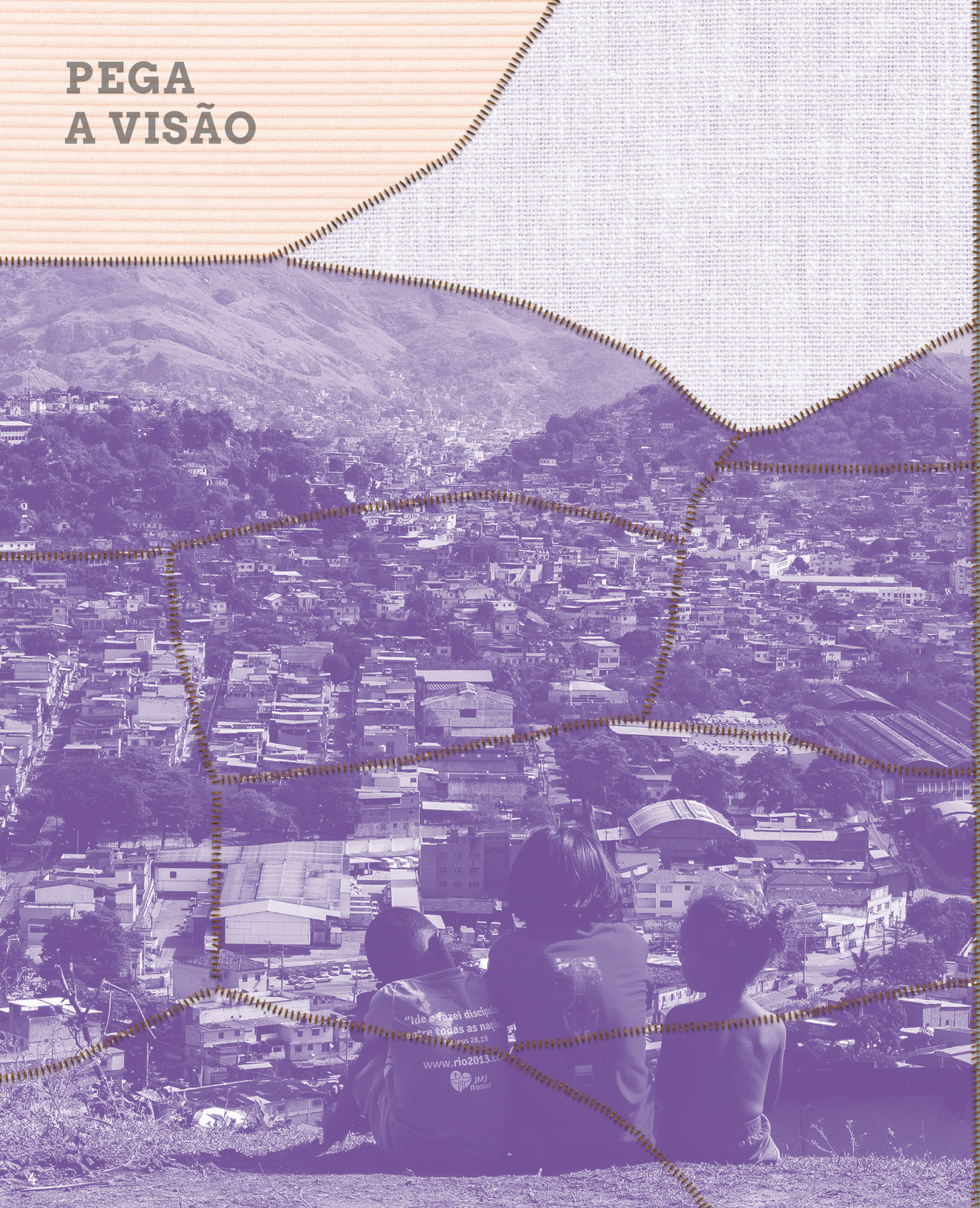
38

Agradecimentos

40


Ficha  
técnica

# PEGA A VISÃO



O ano de 2022 marca o segundo ano de uma pandemia que acirrou desigualdades, trazendo a pobreza e a fome para o lar de cada vez mais pessoas. Apesar dessa triste realidade, a potência da sociedade civil se mostrou mais fundamental do que nunca para enfrentar o desalento das populações que mais sofreram e sofrem. Estudos de diversas organizações identificaram que as maiores vítimas da fome e da pobreza são, ainda, as mulheres (cis e trans), pretas, pardas, pobres e moradoras das favelas e periferias. O contexto político segue alinhado com o desanimador contexto socioeconômico: uma forte polarização política e um aumento de áreas controladas por milícias, que cerceiam e violentam a população de diferentes formas, deixando-a desesperançosa. O cenário eleitoral do estado do Rio de Janeiro ilustra uma população vulnerabilizada ansiando por candidaturas com propostas de políticas públicas que apontem para a reconstrução.

A cada 2 anos, acompanhando o ciclo eleitoral, a Casa Fluminense elabora uma agenda de políticas públicas a partir da definição das prioridades dos territórios, do estado e da sociedade civil. Apesar do contexto de retrocessos nas políticas públicas e crise institucional, disputar as políticas públicas é preciso. Com elas, governos locais criam, planejam, orientam a destinação de recursos públicos e dão escala às ações com potencial de resolver problemas e garantir os direitos da população. Contudo, sabemos que o desafio do Rio de Janeiro é estrutural e histórico. Exige o compromisso público que não se limita a uma gestão ou alguns segmentos específicos. Então, a partir da consulta dos nossos materiais, do diálogo com os territórios, especialistas, conselheiros, associados e a rede da Casa Fluminense desenvolvemos um conjunto de propostas para ajudar a orientar gestores públicos no desenho de políticas e ações concretas para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).



Nossos diagnósticos, sejam eles quantitativos ou qualitativos, vêm das metodologias sempre aprimoradas de levantamento de dados. Neste ano pandêmico, por dinâmicas online, exercitamos a escuta ativa e utilizamos diferentes ferramentas interativas para captar opiniões sobre conceitos e propostas, e também pudemos realizar encontros híbridos enriquecedores para o desenvolvimento da nova Agenda Rio 2030.

Uma das novidades desta nova edição é a reordenação e formulação das propostas a partir das justiça econômica, racial, de gênero e climática, por uma abordagem interseccional e intersetorial. Em outras palavras, são propostas de combate à pobreza, ao racismo, ao machismo e à emergência climática elaboradas pensando em diferentes marcadores sociais, isto é, gênero, raça, classe, sexualidade, entre outros, e, em alguns casos, diferentes pastas de governo.

Apesar desse novo formato, todos os nossos 10 eixos temáticos de atuação estão inseridos na publicação, são eles: habitação, emprego, transporte, segurança, saneamento, saúde, educação, cultura, assistência social e gestão pública. Não queremos mais ver as pastas de governo trabalhando isoladas. Políticas públicas exigem cooperação e um olhar interseccional para superar as distintas desigualdades existentes no território.

À luz de importantes publicações da Casa Fluminense, como o Mapa da Desigualdade (2020), nosso instrumento divisor de águas no monitoramento de indicadores de desigualdades na metrópole; do Guia para as Agendas Locais (2021), nossa primeira ferramenta voltada para apoiar e incentivar a construção de agendas locais elaboradas com quem mais sabe: as equipes que construíram as primeiras Agendas Locais; e por fim do Relatório de Monitoramento da Agenda Rio 2030 (2021), onde monitoramos indicadores fundamentais para o acompa-

nhamento das políticas públicas na metrópole. É com esse acúmulo que este ano foram elaboradas 48 propostas, sendo 12 para cada capítulo, visando superar antigos e novos desafios dentro da RMRJ. Neste documento, qualquer gestor(a) pode encontrar pelo menos uma proposta para fazer a diferença em seu município, no estado ou no país.

A edição de 2022 da Agenda Rio 2030 dá continuidade, ao lado do Relatório de Monitoramento da Agenda lançado no ano passado, das 12 Agendas Locais, além de parcerias institucionais, especialistas e associados da Casa Fluminense, a um movimento de implementação e territorialização crítica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda Urbana dos países-membros da ONU. No ano em que a capital fluminense é sede da Rio+30 e da Cúpula dos Povos, entregamos nesta agenda nossa contribuição organizada para a incidência nesta quadra histórica de emergência pelo clima com ações concretas para mitigação, adaptação e resiliência em nossas cidades, bairros e favelas, expostos aos efeitos trágicos da degradação ambiental.

Dentre todas as temáticas abordadas na publicação, destacam-se alguns assuntos-chave, como: políticas de transferência de renda, aprimoramento de políticas tributárias, a redução de mortes violentas, políticas de reparação econômica e direito à memória, ampliação de delegacias da mulher, políticas de autonomia financeira às mulheres, habitação de interesse social, agricultura urbana e familiar, requalificação e expansão dos modais de transporte, entre muitos outros tópicos fundamentais na metrópole.

Pegou a visão? Vem com a gente e boa leitura!

# DIAGRAMA SÍNTESE

## AGENDA RIO

<p><b>JUSTIÇA ECONÔMICA</b></p> 	<p><b>A1.</b> Aumentar a efetividade e cobertura das políticas de transferência de renda</p> 	<p><b>A2.</b> Reduzir as tarifas do transporte público</p> 	<p><b>A3.</b> Investir em infraestrutura urbana verde e geração de empregos na construção civil</p> 	<p><b>A4.</b> Promover o desenvolvimento de centralidades urbanas</p> 	<p><b>A5.</b> Estabelecer políticas de complexos produtivos</p> 	<p><b>A6.</b> Apoiar pequenos e médios negócios e fortalecer a economia solidária</p> 	<p><b>A7.</b> Fortalecer a economia da cultura</p> 	<p><b>A8.</b> Aprimorar políticas tributárias e sistemas de arrecadação</p> 	<p><b>A9.</b> Criar o ICMS Educacional</p> 	<p><b>A10.</b> Realizar censos de população de rua e de povos tradicionais</p> 	<p><b>A11.</b> Aumentar a transparência na administração pública</p> 	<p><b>A12.</b> Fortalecer a Câmara Metropolitana para planejar e coordenar políticas públicas</p> 
<p><b>JUSTIÇA RACIAL</b></p> 	<p><b>B1.</b> Criar programa de redução de mortes violentas e de letalidade policial</p> 	<p><b>B2.</b> Garantir direitos e oportunidades para a juventude negra em favelas e periferias</p> 	<p><b>B3.</b> Implantar políticas e ações de reparação econômica, psicossocial e de direito à memória</p> 	<p><b>B4.</b> Estruturar centrais integradas de alternativas penais no estado</p> 	<p><b>B5.</b> Combater o racismo religioso e a perseguição aos praticantes de cultos de matriz africana</p> 	<p><b>B6.</b> Construir protocolos operacionais para as situações de violência no sistema de transporte</p> 	<p><b>B7.</b> Priorizar saneamento básico nas favelas e periferias</p> 	<p><b>B8.</b> Fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS)</p> 	<p><b>B9.</b> Promover suporte à empreendedores negros</p> 	<p><b>B10.</b> Garantir o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena</p> 	<p><b>B11.</b> Preservar o patrimônio cultural material e imaterial da população negra</p> 	<p><b>B12.</b> Garantir projetos que promovam maior equidade na política</p> 
<p><b>JUSTIÇA DE GÊNERO</b></p> 	<p><b>C1.</b> Ampliar a rede de núcleos integrados e delegacias de atendimento à mulher</p> 	<p><b>C2.</b> Ampliar a cobertura dos Cras e Creas</p> 	<p><b>C3.</b> Criar e apoiar projetos e políticas públicas que promovam a autonomia financeira das mulheres cis e trans e para a população LGBTQIA+</p> 	<p><b>C4.</b> Criar práticas de valorização das empregadas domésticas</p> 	<p><b>C5.</b> Apoiar os municípios na ampliação de vagas em creches públicas</p> 	<p><b>C6.</b> Combater a evasão escolar de meninas e mulheres</p> 	<p><b>C7.</b> Expandir programas de atendimento humanizado para gestantes e bebês na rede pública de saúde</p> 	<p><b>C8.</b> Ampliar a rede de atendimento especializado em saúde da mulher em todos os ciclos de vida</p> 	<p><b>C9.</b> Promover políticas de habitação, como aluguel social e utilização de imóveis públicos vazios</p> 	<p><b>C10.</b> Prover acesso a itens de higiene menstrual e medicamentos relacionados aos cuidados com o período menstrual</p> 	<p><b>C11.</b> Implementar plano de carreira e progressão salarial para profissionais da saúde, educação e assistência social</p> 	<p><b>C12.</b> Criar Sistema Estadual de Cuidado, com conselho e plano</p> 
<p><b>JUSTIÇA CLIMÁTICA</b></p> 	<p><b>D1.</b> Estruturar política de habitação de interesse social</p> 	<p><b>D2.</b> Implantar políticas de urbanização de favelas</p> 	<p><b>D3.</b> Fomentar cinturão verde metropolitano com agricultura urbana e familiar</p> 	<p><b>D4.</b> Investir na modernização do sistema de trens metropolitanos e suas estações</p> 	<p><b>D5.</b> Requalificar e expandir as redes de ônibus, BRT, barcas, VLT e metrô</p> 	<p><b>D6.</b> Qualificar as calçadas e expandir a malha cicloviária das cidades</p> 	<p><b>D7.</b> Criar Sistema Único de Mobilidade</p> 	<p><b>D8.</b> Ampliar o acesso à água tratada e à cobertura de coleta e tratamento de esgoto</p> 	<p><b>D9.</b> Aprimorar a gestão dos resíduos sólidos</p> 	<p><b>D10.</b> Promover um pacto pela recuperação da Baía de Guanabara</p> 	<p><b>D11.</b> Incentivar a criação de empregos verdes</p> 	<p><b>D12.</b> Criar Secretaria Estadual de Emergência Climática</p> 

2C Santa Cruz  
Japeri



## JUSTIÇA ECONÔMICA




# JUSTIÇA ECONÔMICA, GERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA


**JUSTIÇA ECONÔMICA** • Combate à pobreza, à fome, à desigualdade e ao patrimonialismo por meio de ações equitativas, eficientes e efetivas para a produção, consumo e acesso a bens e serviços. Garantir o exercício da cidadania a partir da redistribuição social e territorial dos recursos.

ECONOMIA CULTURAL  
TRABALHO FORMAL GERAÇÃO DE EMPREGO  
ECONOMIA SOLIDÁRIA **POBREZA**  
**FOME** INFRAESTRUTURA  
ARRECAÇÃO **TRANSFERÊNCIA DE RENDA**  
**GOVERNANÇA** SEGURIDADE SOCIAL  
CENTRALIDADES URBANAS DIVERSIDADE PRODUTIVA  
INTEGRAÇÃO REGIONAL TRANSPARÊNCIA  
INFORMAÇÃO


## DESIGUALDADE ECONÔMICA EM NÚMEROS

 Entre 1970 e 2018, o estado perdeu 35% da participação no PIB nacional.


Fonte: Relatório de Monitoramento da Agenda Rio 2030.

 Das 2,2 milhões de famílias inseridas no Cadastro Único no estado, 1,3 milhão estão em extrema pobreza, com renda per capita de até R\$100.

Fonte: CadÚnico, jan/2022.

 No último trimestre de 2021, a taxa de desocupação no estado do Rio de Janeiro atingiu 14,2%, enquanto no país foi de 11,1%.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 4º trimestre de 2021.

 O Brasil tem a 2ª maior concentração de renda do mundo. Menos de 3% das famílias brasileiras concentram 20% de toda a renda do país.

Fonte: Mapa da Desigualdade 2020 com base no Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU 2019 e Pesquisa de Orçamento Familiar 2017/2018 do IBGE.

“

No início da pandemia ficamos com muito medo porque o meu marido é autônomo, trabalha de obra em obra. Ele chega de um serviço e já tem que sair para outro. Receber o auxílio emergencial foi um alívio, mas a gente sabia que ele não ia durar para sempre e aí pensei: vai acabar esse dinheiro e quando acabar o que vou fazer? Se o auxílio continuasse mais tempo ia ser muito bom, meu foco ia ser melhorar as coisas aqui de casa, dar o melhor para meus filhos. Já tentei receber o Bolsa Família por oito anos, mas, sem justificativa, meu cadastro estava sempre bloqueado.

”



Ana Cristina, de 39 anos, mãe de cinco filhos e moradora do Jardim Iguaçu, em Nova Iguaçu.





**A.1 • Aumentar e a efetividade e a cobertura das políticas de transferência de renda**, reduzindo a vulnerabilidade social pela implementação da renda básica como política pública permanente, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e incentivando a construção de políticas de redistribuição de renda. Garantir a seguridade social de trabalhadores informais urbanos e rurais, a partir do acesso aos benefícios assistenciais e da proteção aos profissionais em situação de vulnerabilidade, como trabalhadores de aplicativos, camelôs, ambulantes, agricultores, pescadores e marisqueiras.



**A.2 • Reduzir as tarifas do transporte público**, com fontes extratarifárias de financiamento, assumindo o controle público da bilhetagem eletrônica, das margens de lucro, dos gastos e dados operacionais para gerir o sistema com transparência e planejamento. Estruturar o Fundo Estadual de Transporte, com recursos federais, estaduais e municipais, dando condições financeiras para financiar tanto parte da operação dos modais como para garantir investimentos no setor, possibilitando a redução da tarifa e melhoria dos sistemas de transporte público.



**A.3 • Investir em infraestrutura urbana verde e geração de empregos na construção civil**, especialmente nos setores de habitação de interesse social, mobilidade urbana e saneamento básico. Articular investimentos públicos e privados entre as três esferas de governo para a retomada de obras públicas, geração de empregos e promoção do desenvolvimento urbano nas periferias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com foco na Baixada e Leste Fluminense, zonas oeste e norte da capital.



**A.4 • Promover o desenvolvimento de centralidades urbanas**, articulando projetos de infraestrutura do Plano Metropolitano do Rio de Janeiro (PDUJ). Coordenar a implantação de infraestrutura e de mobilidade no entorno das estações de transporte de média e alta capacidade, utilizando os princípios de Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável. Incentivar a ocupação dos vazios urbanos nas áreas com infraestrutura para projetos de habitação popular e implantação de equipamentos sociais. Implantar medidas de incentivo ao setor de comércio, serviços e outros empreendedores nas centralidades urbanas.



**A.5 • Estabelecer políticas de complexos produtivos**, estimulando a criação de postos formais de trabalho em cadeias de valor agregado já existentes, visando maior diversidade industrial, como no setor da saúde, petróleo e gás, indústria química e farmacêutica, metal-mecânica, indústria naval, turismo sustentável, tecnologia e inovação.



**A.6 • Apoiar pequenos e médios negócios e fortalecer a economia solidária**, promovendo o apoio técnico e jurídico, acesso ao crédito, formalização e inovação. Estimular a criação de bancos comunitários e moedas sociais. Aumentar oportunidades de formação e assessoria técnica para os empreendimentos. Estimular a criação de espaços compartilhados para a geração e comercialização de produtos e serviços. Utilizar compras públicas governamentais para fortalecer pequenos e médios negócios.



**A.7 • Fortalecer a economia da cultura**, estimulando um ambiente de valorização e inovação de diferentes linguagens artísticas nos ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços culturais. Democratizar o orçamento da cultura e o acesso às leis de incentivo. Realizar programas que potencializam a produção cultural nos territórios populares, promovendo desenvolvimento local, inclusão e geração de renda.



**A.8 • Aprimorar políticas tributárias e sistemas de arrecadação**, com revisão da metodologia para concessão de incentivos e isenções fiscais. Atualização dos cadastros de contribuintes do ICMS, com ampliação da cobrança de empresas inadimplentes, estímulo à formalização e ampliação da emissão de notas fiscais na circulação de mercadorias e prestação de serviços. Desenhar plano de arrecadação da dívida ativa estadual e dos recursos que a Petrobras deixou de pagar ao Rio de Janeiro, conforme relatório da CPI dos Royalties. Garantir a utilização de recursos do Fundo Soberano do Estado do Rio de Janeiro para o financiamento de políticas públicas e projetos de infraestrutura integrados.



**A.9 • Criar ICMS Educacional**, conforme determinação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica. Incluir critérios para melhorar os resultados de aprendizagem dos municípios e fomentar programas de redução da evasão escolar. Promover a reestruturação dos sistemas de avaliação da educação e a valorização da carreira dos profissionais de educação.



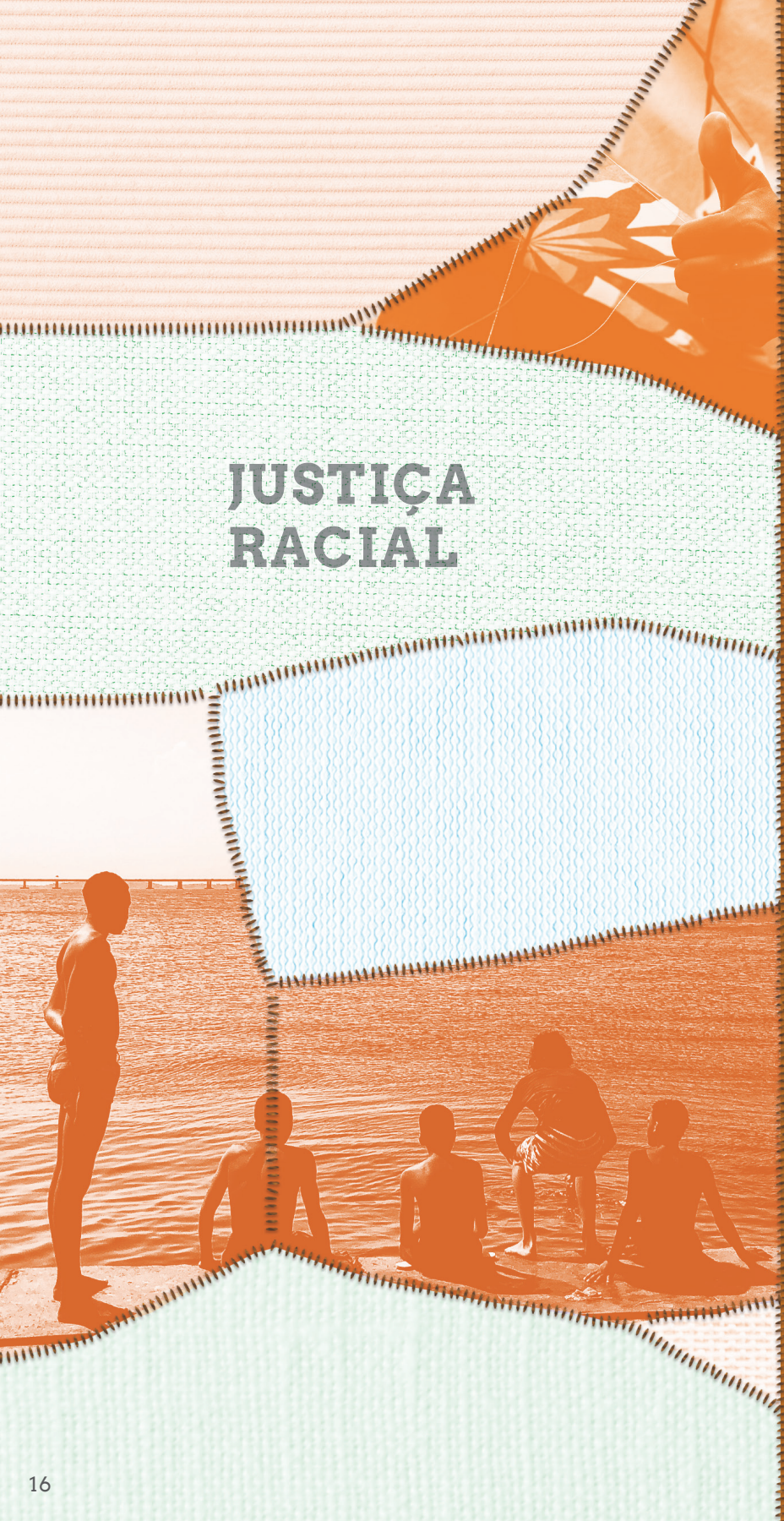
**A.10 • Realizar censos de população de rua e censos de povos tradicionais**, garantindo que as pesquisas sejam feitas de maneira institucional e periódica de modo a criar bases de dados a fim de orientar a execução de políticas públicas focalizadas e efetivas. Ampliar o número de abrigos públicos, provendo equipe multidisciplinar especializada para acolhimento de pessoas em risco social e vínculos familiares fragilizados ou rompidos.



**A.11 • Aumentar a transparência na administração pública**, desenvolvendo canais de informação entre diferentes órgãos do governo estadual para a produção e a integração de dados e informações intersetoriais do estado do Rio de Janeiro, facilitando o acesso e a interação dos usuários. Cumprir a Lei de Acesso à Informação (12.527/2011), implementando instrumentos de transparência ativa e passiva para os dados públicos no portal do estado, capacitando servidores para os registros administrativos e respostas adequadas aos conteúdos e prazos dos pedidos.



**A.12 • Fortalecer a Câmara Metropolitana para planejar e coordenar políticas públicas**, buscando maior governança na articulação de prefeitos, parlamentares e sociedade civil e a criação de escritórios de projetos no apoio às prefeituras na atualização e elaboração de planos municipais estratégicos, como os planos de mobilidade, planos de metas e plano diretor aquaviário.



## JUSTIÇA RACIAL



# JUSTIÇA RACIAL, REPARAÇÃO E ANTIRRACISMO

**JUSTIÇA RACIAL** • Combate ao racismo enquanto elemento estruturante da sociedade brasileira, com medidas que produzem equidade e reparação histórica às políticas públicas que sempre negaram direitos sociais básicos a negros, quilombolas e indígenas.

RACISMO AMBIENTAL CIDADANIA  
ANTIRRACISMO COTAS RACIAIS  
DIREITO À VIDA LETALIDADE VIOLENTA  
ANCESTRALIDADE REPARAÇÃO HISTÓRICA tarifa social  
DIREITO À MEMÓRIA  
DESIGUALDADE JUVENTUDE TARIFA SOCIAL  
QUALIDADE DE VIDA  
CULTURA REPARAÇÃO ECONÔMICA  
LIBERDADE RELIGIOSA ASSISTÊNCIA JURÍDICA



## DESIGUALDADE RACIAL EM NÚMEROS

Três em quatro mortes por letalidade violenta ocorreram na RMRJ em 2020. Destas, 90% são homens e 71,1% são negros.

Em Itaguaí, Niterói, São Gonçalo, Mesquita, Japeri e Queimados, o peso das mortes cometidas pela polícia na letalidade violenta ultrapassou 40%.

Fonte: Relatório de Monitoramento Agenda 2030, p. 74.

Entre 2009 e 2019, o estado do Rio de Janeiro teve mais de 400 chacinas com mais de mil mortes.

Fonte: Mapa da Desigualdade 2020, p. 17.

Segundo o IBGE, no Brasil, o trabalhador formal e informal branco recebe 75% a mais do que pretos e pardos. Para postos formais, no Rio de Janeiro, trabalhadores brancos recebem 41,9% a mais do que negros.

Fonte: Relatório de Monitoramento Agenda 2030, p. 70.

Entre 2011 e 2020, 409 pessoas foram atropeladas e mortas por trens no Rio de Janeiro. Destas, 80,9% eram homens e 69,7% eram negros. Média de três homicídios culposos por atropelamento ferroviário por mês.

Fonte: Reportagem da Casa Fluminense "Risco nos trilhos" com base no Instituto de Segurança Pública (ISP).

“

A violência continua crescendo, cada dia que a gente liga a televisão, escuta e vê um absurdo diferente feito pela polícia. Quem deveria nos proteger são os piores. Costumo dizer que eles são os bandidos e matadores pagos por nós e pelo Estado.


Pagamos para que eles nos ofendam, nos matem. Eles chegam nos locais onde a gente mora como se todo mundo de comunidade fosse bandido.


”





Lídia, avó das meninas Emily e Rebecca que foram mortas enquanto brincavam na porta de casa em Duque de Caxias.







 **B.1 • Criar programa de redução de mortes violentas e revisar o Plano Estadual de Redução de Letalidade em Decorrente de Intervenção Policial**, propondo metas e ações articuladas em distintas esferas de poder para reduzir o genocídio de jovens negros e aumentar a cooperação entre os órgãos públicos para elucidar assassinatos e desaparecimentos forçados, de forma justa e célere. Reestruturar a Secretaria e o Conselho de Segurança Pública. Publicizar os protocolos de atuação policial, como medida de transparência e integridade, fortalecendo os mecanismos de formação, capacitação e valorização profissional e os instrumentos de combate à corrupção, além de afastar agentes reincidentes em casos de homicídios.


 **B.2 • Garantir direitos e oportunidades para juventude negra em favelas e periferias**, implantando um programa com ações intersetoriais focado nas comunidades com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo. Promover ações integradas entre as secretarias estaduais e municipais, aproximando assistência social, educação, saúde, cultura, juventude, esporte, lazer, emprego e renda, ciência e tecnologia, direcionadas para as juventudes de favelas e periferias. Recuperar e valorizar espaços públicos de convivência, colocando em prática esforços sociais e urbanos capazes de superar dinâmicas de violência nas áreas mais afetadas.


 **B.3 • Implantar políticas e ações de reparação econômica, psicossocial e de direito à memória**, assegurando o acesso à justiça, perícia independente e amparo para mães e familiares de vítimas da violência de Estado, como elemento essencial no combate ao racismo estrutural e no acesso às indenizações.


 **B.4 • Estruturar centrais integradas de alternativas penais no estado**, reduzindo o encarceramento através de ações conjuntas de justiça restaurativa, sob estratégias de acolhimento, articulação, encaminhamento, inclusão e acompanhamento. Instalar núcleos da Defensoria Pública nas delegacias de polícia de maneira a incidir sobre prisões arbitrárias e garantir o pleno direito de defesa.


  **B.5 • Combater o racismo religioso e a perseguição aos praticantes de cultos de matriz africana**, com estruturação de canais para recebimento de denúncias. Estabelecer protocolos para que as delegacias façam o registro adequado nos casos de racismo religioso e investigação e punição para os criminosos. Promover o acolhimento e justiça para vítimas de racismo religioso. Realizar ações para a valorização das religiões de matriz africana e o fortalecimento dos terreiros como espaços comunitários e de integração social.



  **B.6 • Construir protocolos operacionais para as situações de violência no sistema de transporte**, investindo na formação antirracista e antissexista dos profissionais responsáveis pela segurança, operação e produção de registros dos casos de violação de direitos. Aumentar o planejamento, o investimento e a fiscalização do transporte pelo poder público, garantindo serviço de qualidade e tarifas mais baratas para a população.


 **B.7 • Priorizar saneamento básico nas favelas e periferias**, atualizando os planos municipais com dados confiáveis e metas sustentáveis, com vistas ao monitoramento cidadão e ao enfrentamento do racismo ambiental. Regulamentar a lei que estabelece a tarifa social de água e esgoto no estado do Rio de Janeiro a fim de incluir o cadastramento automático de famílias elegíveis através do compartilhamento de banco de dados do CadÚnico com as operadoras.

 **B.8 • Fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS)**, considerando as especificidades da saúde da população negra, conforme a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e o Estatuto da Igualdade Racial. Aumentar recursos para Atenção Básica, média e alta complexidade de saúde, ampliando a cobertura e a qualidade do sistema na região metropolitana, especialmente na periferia.

 **B.9 • Promover suporte à empreendedores negros**, com ações para ampliar o acesso à crédito, formalização, inovação e as redes de negócios. Ampliar programas de capacitação profissional de pessoas negras e estímulo às empresas para a adoção de políticas afirmativas nos cargos de gerência e direção. Construir políticas de proteção social para os trabalhadores informais, camelôs, trabalhadores de aplicativos e outros setores em situação de vulnerabilidade.

 **B.10 • Garantir o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, conforme a Lei 11.645/08**. Promover programas para a redução da evasão escolar no ensino médio, ampliação da educação integral e melhoria da aprendizagem. Estruturar nas escolas os planos pedagógicos em consonância com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Ampliar investimentos nas universidades públicas estaduais, incluindo a ampliação de vagas, de bolsas de pesquisa e a manutenção da lei de cotas como política de ação afirmativa.

  **B.11 • Preservar o patrimônio cultural material e imaterial da população negra**, com aprovação do PL 1688/19 - Título dos Mestres do Patrimônio Cultural Imaterial. Criar o Museu do Cais do Valongo e valorizar o circuito da herança africana no Rio de Janeiro. Criar calendário cultural e turístico na região metropolitana, impulsionando a cultura, a memória dos territórios e as expressões como o jongo, a capoeira, o samba, o funk, o hip-hop, o carnaval, as festas juninas, a folia de reis e os festejos religiosos. Promover cursos de formação artística, integrando as artes e a cadeia produtiva da cultura, em parceria com organizações locais, com prioridade para as periferias, a população negra, a feminina e a LGBTQIA+.

 **B.12 • Garantir projetos que promovam maior equidade na política**, dando mais espaço e voz para grupos menos representados, como negros e LGBTQIA+, através da destinação obrigatória de recursos do Fundo Eleitoral e tempo de propaganda no fomento à visibilidade, representatividade e pluralidade de representantes e propostas de políticas públicas para essas populações. Valorizar e qualificar os servidores públicos, com formação permanente e adoção de políticas afirmativas para garantir a diversidade racial e de gênero tanto em concursos públicos como em cargos de liderança e gestão.

Saúde da  
Mulher

Women's health  
La santé des Femmes  
Salud de la Mujer

## JUSTIÇA DE GÊNERO



# JUSTIÇA DE GÊNERO, EQUIDADE E CUIDADO

**JUSTIÇA DE GÊNERO** • Combate ao machismo, à homofobia e à transfobia que produzem e reproduzem injustiças socioeconômicas entre homens e mulheres, pessoas cis e transgêneras por violências baseadas em gênero e orientação sexual.

DIREITOS REPRODUTIVOS  
PROTEÇÃO SOCIAL  
AUTONOMIA FINANCEIRA  
CRECHES  
HABITAÇÃO  
CORRESPONSABILIDADE

ACOLHIMENTO  
REPRESENTATIVIDADE  
ATENDIMENTO HUMANIZADO  
HIGIENE MENSTRUAL  
SUPERACÃO DA VIOLÊNCIA  
IGUALDADE SALARIAL  
VALORIZAÇÃO DO TRABALHO

5 IGUALDADE DE GÊNERO



12 PRODUÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEIS



15 VIDA TERRESTRE



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



## DESIGUALDADE DE GÊNERO EM NÚMEROS



A taxa de desemprego é maior entre as mulheres, dos 12 milhões de brasileiros desempregados, **6,5 milhões são mulheres.**

Fonte: Pnad/IBGE - 4º trimestre de 2021



Na média da RMRJ, o salário das mulheres negras equivale à metade dos homens brancos. Entre os 22 municípios da RMRJ, apenas em Maricá e em Queimados, as mulheres têm médias salariais maiores que os homens.

Fonte: Mapa da Desigualdade 2020, p. 18, a partir de dados da RAIS-MTE de 2018.



Em 2020, a RMRJ registrou mais de 70 mil mulheres vítimas de violência.

As violências física e a psicológica foram as formas de maior incidência na RMRJ. Quanto ao tipo de delito, foram 22.846 vítimas de lesão corporal dolosa e 1.802 vítimas de ameaça.

Fonte: Dossiê Mulher - ISP, 2020.



Dos 22 municípios da RMRJ, apenas 11 contam com ao menos uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) ou Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher (Nuam).

Fonte: Dossiê Mulher - ISP, 2020.

“

Eu sou a provedora da minha casa e tenho dois filhos pequenos, acabo me esquecendo e me perdendo nesses prazos e filas de espera da rede pública de saúde. E na rede privada não dá, ou come ou faz o exame. Aí você sente uma dor e acaba se automedicando para lidar com o dia a dia, vai camuflando o problema com remédio', compartilhou Viviane.

”



Viviane, de 35 anos, é autônoma e moradora de Belford Roxo.



**C.1 • Ampliar a rede de Núcleos Integrados de Atendimento à Mulher (Nuiam) em delegacias comuns e criar novas unidades de Delegacias de Atendimento à Mulher (Deam)** em áreas ainda não atendidas. Ampliar os centros de atendimento psicossocial e jurídico para as vítimas de violência, garantindo atendimento psicossocial e jurídico para as vítimas a fim de coibir o ciclo da violência doméstica e feminicídios, à luz da Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Definir um protocolo de atuação único e transparente para o atendimento e amparo das vítimas. Promover campanhas de conscientização e combate à violência contra a mulher e a cultura do estupro.



**C.2 • Ampliar a cobertura dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e Centro de Referência da Assistência Social (Creas)**, seguindo a Política Nacional da Assistência Social e as normativas do Suas, de maneira a ampliar o acesso a seus benefícios, os serviços de convivência e a vigilância socioassistencial das famílias nos territórios. Garantir atendimento psicossocial e da assistência social, assegurando seu funcionamento com salas com segurança, higiene, conforto e sigilo para situações de violação de direitos e infraestrutura técnica adequada para o atendimento dos serviços sociais.



**C.3 • Criar e apoiar projetos e políticas públicas que promovam a autonomia financeira das mulheres cis e trans e para a população LGBTQIA+**, pela geração de empregos, de renda e do incentivo ao empreendedorismo. Promover programas de capacitação profissional para mulheres cis e trans e para a população LGBTQIA+ para a inserção no mercado produtivo visando à garantia de direitos, a inserção produtiva e valorativa e a cidadania.



**C.4 • Criar práticas de valorização das empregadas domésticas** e garantir seus direitos trabalhistas e de segurança social, incluindo as diaristas informais. Incentivar a igual valorização das demais ocupações majoritariamente femininas a fim de reduzir a desigualdade salarial entre homens e mulheres. Criar mecanismos para extinguir a desvantagem que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho devido à maternidade.



**C.5 • Apoiar os municípios na ampliação de vagas em creches públicas** garantindo o repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), conforme a meta do Plano Nacional de Educação (PNE), atendendo demandas de periferias e favelas, a fim de assegurar o desenvolvimento adequado na primeira infância. Criar projetos de espaços infantis noturnos, a exemplo da Lei Espaço Coruja, para que mães e pais de famílias pobres que trabalham ou estudam à noite tenham um espaço seguro e de qualidade para deixarem suas crianças pequenas.



**C.6 • Combater a evasão escolar de meninas e mulheres** devido à sobrecarga do trabalho doméstico e familiar, pela ampliação de vagas da Educação de Jovens e Adultos e da expansão da EJA para turnos diurnos e vespertinos a fim de garantir a inclusão e permanência de meninas e mulheres em espaços de saber e poder.



**C.7 • Expandir programas de atendimento humanizado para gestantes e bebês na rede pública de saúde** a fim de garantir o acompanhamento do pré-natal ao pós-parto, o acolhimento às mães, reduzir a violência obstétrica e a mortalidade materno-infantil que atinge, em sua maioria, mulheres pobres e negras.



**C.8 • Ampliar a rede de atendimento especializado em saúde da mulher em todos os ciclos de vida**, incluindo gravidez na adolescência, prevenção e cuidados de ISTs, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, indígenas e quilombolas, com políticas de saúde inclusivas e a ampliação de leitos hospitalares e a cobertura de média e alta complexidade.



**C.9 • Promover políticas de habitação, como aluguel social e utilização de imóveis públicos vazios**, que priorizem as mães solo, as mais afetadas pelo déficit habitacional, e demais grupos historicamente vulnerabilizados, como a população negra e de baixa renda e a população LGBTQIA+ em situação de violência. Assegurar a preferência de titularidade dos benefícios das políticas de habitação a fim de garantir a segurança e a autonomia das mulheres em caso de violência doméstica.



**C.10 • Prover acesso a itens de higiene menstrual, medicamentos relacionados aos cuidados com o período menstrual**, a água e a condições sanitárias mínimas para realizar higiene pessoal. Criar programas informativos sobre esse processo biológico a fim de promover a autonomia e dignidade de meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade social e a evasão escolar, envolvendo as ações das unidades de saúde e das escolas no Programa Saúde nas Escolas, incluindo discussões sobre saúde íntima.



**C.11 • Implementar plano de carreira e progressão salarial para profissionais da saúde, educação e assistência social** a fim de valorizar e reconhecer a importância desses setores para a sociedade. Realizar concursos públicos para a contratação de novos profissionais, garantindo condições de trabalho e seguridade, para ampliação da cobertura das políticas sociais e a continuidade dos atendimentos.



**C.12 • Criar sistema estadual de cuidado com conselho, plano e fundo**, integrando diferentes setores com um modelo de corresponsabilidade entre as secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, a fim de garantir um atendimento de qualidade para pessoas em situação de dependência como crianças, idosos e pessoas com deficiência. Ofertar programas de formação para o trabalho de cuidado remunerado, aumentando a cobertura dos serviços e retirando das mulheres a sobrecarga do trabalho do cuidado não remunerado.

# JUSTIÇA CLIMÁTICA




## JUSTIÇA CLIMÁTICA, TRANSIÇÃO E CIDADES SUSTENTÁVEIS

**JUSTIÇA CLIMÁTICA** • Combate à emergência climática como uma crise ambiental, econômica e social, assegurando que as políticas de mitigação, adaptação e resiliência promovam a transição justa e a garantia dos direitos sociais. Reconhecer que as populações que menos contribuem para o aquecimento global são as que mais sofrem as consequências com os eventos extremos e desastres ambientais.


RESILIÊNCIA ÁREAS VERDES DESLIZAMENTOS  
JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL ARBORIZAÇÃO  
ADAPTAÇÃO AGRICULTURA URBANA MITIGAÇÃO  
PARQUE URBANOS DESLIZAMENTOS  
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA ENCHENTES  
SEGURANÇA ALIMENTAR MOBILIDADE SUSTENTÁVEL  
ELETRIFICAÇÃO QUALIDADE DO AR  
DESASTRES AMBIENTAIS EMERGÊNCIA CLIMÁTICA  
MORADIA SEGURA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA  
EMPREGOS VERDES RACISMO AMBIENTAL




## DESIGUALDADE CLIMÁTICA EM NÚMEROS

 De 2010 a 2018, o estado do Rio de Janeiro concentrou mais de dois terços (1.263) das mortes por desastres ambientais ocorridas em todo o Brasil.


*Fonte:* Mapa da Desigualdade 2020, a partir de dados da SES-RJ.

 Boa parte da população da periferia metropolitana do Rio de Janeiro já compromete 1/3 da renda com transporte. O metrô do Rio possui a tarifa mais cara do Brasil.

*Fonte:* Mapa da Desigualdade 2020

 Dos 22 municípios da RMRJ, apenas Rio de Janeiro, Petrópolis e Niterói possuem planos de mobilidade finalizados e oferecem integração físico-tarifária.

*Fonte:* Relatório de Monitoramento da Agenda Rio 2030 e De Olho no Transporte 2021.

 Em 2019, no estado do Rio de Janeiro, havia mais de 2,1 milhões de moradias inadequadas, além de um déficit habitacional de 481 mil. Para o mesmo ano, a RMRJ é onde se concentrava a maioria dessas necessidades habitacionais, com déficit de 361 mil e 1,6 milhão de domicílios inadequados.

*Fonte:* Relatório de Monitoramento da Agenda Rio 2030 a partir da Fundação João Pinheiro, 2019.

“

Devido às enchentes, eu peguei um problema de pele e nunca mais eu fiquei boa. Meu corpo está todo cheio de manchas. E esses dias aí, com a última enchente, eu fiquei passando mal. Me dá aquele problema de nervo quando começa a chover e eu não durmo. Na minha casa eu não tenho nada meu, não compro mais nada. Lá na minha filha, a enchente levou tudo também.

”



Luciene, moradora do bairro Santa Rosa, no município de Queimados, em relato sobre as chuvas da madrugada do dia 2 de abril de 2022.



**D.1 • Estruturar política de habitação de interesse social** nas áreas centrais dos municípios, identificando imóveis e terrenos vazios para a provisão de moradia, estimulando a Função Social da Propriedade, o IPTU progressivo e programas de autogestão habitacional. Regularizar e utilizar os fundos de habitação municipais e estadual, aplicando a outorga onerosa do direito de construir nas novas construções e articulando recursos federais para projetos de moradia popular. Definir normativas de locação social para empreendimentos imobiliários privados, destinando uma parcela das novas unidades para habitação popular.



**D.2 • Implantar políticas de urbanização de favelas**, promovendo regularização fundiária, melhorias habitacionais e assistência técnica, visando ao conforto térmico, salubridade e segurança geotécnica em áreas de risco ambiental. Prover infraestrutura urbana e conectividade a esses territórios pela implementação e/ou ampliação de redes de saneamento básico, espaços de lazer, malhas viárias, iluminação pública e arborização.



**D.3 • Fomentar cinturão verde metropolitano com agricultura urbana e familiar**, hortas públicas, sistemas agroecológicos e feiras orgânicas, incentivando a produção local e a economia de baixo carbono com o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional, a reestruturação da política de restaurantes populares e o apoio às cozinhas comunitárias para os municípios, com monitoramento permanente para a formulação de políticas públicas efetivas no combate à fome.



**D.4 • Investir na modernização do sistema de trens metropolitanos e suas estações**, nivelando-o aos padrões de qualidade do metrô e garantindo a integração aos demais modais. Estabelecer estratégias eficientes e coordenadas para reduzir o furto de cabos e material permanente. Ter maior transparência sobre os custos de operação e inclusão de novas receitas extrarifárias no custeio da operação, diminuindo o valor da tarifa paga pelo usuário. Aumentar o controle público para a fiscalização do contrato de concessão e operação do sistema, com fortalecimento técnico da Secretaria de Estado de Transporte, da agência de regulação e a incorporação de métodos para gestão participativa.



**D.5 • Requalificar e expandir as redes de ônibus, BRT, barcas, VLT e metrô**, adotando metas de sustentabilidade, com indicadores e prazos para eletrificação da frota, garantindo que esses modais cheguem às periferias e subúrbios. Realizar as licitações com separação, isenção e lisura entre concorrentes com contratos de concessão menores e separados de frota, garagens, operação e manutenção da infraestrutura, mais baratos, transparentes e com prazos adequados.



**D.6 • Qualificar as calçadas e expandir a malha cicloviária das cidades**, instalando bicicletários e sistemas públicos de compartilhamento de bicicletas, principalmente no entorno de estações de alta e média capacidade e em áreas com muita densidade e pouca infraestrutura viária urbana, conectando com os serviços de transporte público. Priorizar o uso do espaço nas vias públicas para o transporte público e reduzir a velocidade nas cidades.



**D.7 • Criar Sistema Único de Mobilidade**, elegendo conselho, plano e fundo, com participação e controle social, na escala municipal à luz da Política Nacional de Mobilidade. Estruturar a autoridade metropolitana do transporte para apoiar a elaboração dos planos de mobilidade municipais, a integração físico-tarifária, a eletrificação de frotas e a criação de empresa pública de mobilidade urbana para atuar no planejamento, gerenciamento, contratação, fiscalização e operação dos serviços de transporte.



**D.8 • Ampliar o acesso à água tratada e à cobertura de coleta e tratamento de esgoto**, coordenando os investimentos de R\$ 32 bilhões que as concessionárias de saneamento básico devem realizar até 2035, conforme previsto no contrato de concessão. Estruturar o Instituto Rio Metrópole para realizar o sistema de monitoramento e produzir o Relatório Anual de Avaliação das Metas de Saneamento. Priorizar a retomada de obras de saneamento paralisadas, com foco no aumento da capacidade das Estações de Tratamento de Esgoto.



**D.9 • Aprimorar a gestão dos resíduos sólidos**, com a recuperação das áreas de lixões encerrados, maior fiscalização de aterros sanitários, expansão dos serviços de coleta seletiva, reciclagem e compostagem de lixo orgânico pelos municípios, assegurando a inclusão socioprodutiva de catadores. Implantar sistemas de logística reversa aos grandes geradores de resíduos, instalar pontos de entrega voluntária em locais de fácil acesso e estimular políticas de lixo zero, seguindo o Plano Estadual de Resíduos Sólidos e em diálogo com os planos municipais.



**D.10 • Promover um pacto pela recuperação da Baía de Guanabara**, estabelecendo metas, prazos e as responsabilidades para sua despoluição, a partir de um Comitê Técnico dentro da Câmara Metropolitana, articulando poder público, Comitês de Bacia, setor privado e sociedade civil. Promover a recuperação da orla marítima com programas de urbanização dos loteamentos nas margens, proteção de ecossistemas e fomento à prática esportiva, turística e pesqueira.



**D.11 • Incentivar a criação de empregos verdes**, priorizando investimentos e capacitação profissional em setores econômicos estratégicos, como geração local de energia renovável, ônibus elétricos, habitações sustentáveis, saneamento básico, agroecologia urbana, economia circular e reaproveitamento de resíduos. Ampliar a arborização urbana, o reflorestamento e a criação de parques verdes.



**D.12 • Criar Secretaria Estadual de Emergência Climática** para promover adaptação, resiliência urbana, prevenção de enchentes, desabamentos e outros desastres ambientais a partir de um Plano Estadual de Adaptação às Mudanças Climáticas, priorizando populações em vulnerabilidade socioambiental. Fiscalizar crimes ambientais com o apoio do Ministério Público, fortalecendo canais de denúncia e promovendo um amplo programa de Educação Ambiental.

## MAPA DAS AGENDAS LOCAIS 2030

**1. Agenda Japeri 2030** • @mobilizajaperi, @grupocodigo, @sepe.japeri, @fppjaperi | Por mais qualidade de vida dos cidadãos de Japeri pela valorização e respeito aos direitos humanos, do combate às desigualdades sociais, direito a oportunidades locais, acesso de forma adequada ao portal de transparência, ao lazer, à cultura e ao direito de ir e vir. Por uma gestão em que o diálogo com a sociedade civil seja mais acessível.

**2. Agenda Queimados 2030** • @ampara.amigosdoparaíso, @golfinhosdabaixada, @pedalaqueimados, @visaocoop | Um manifesto pelo direito à cidade, com a garantia do desenvolvimento sustentável e da superação da violência. Apresentando propostas para integrar bairros a partir de transportes ativos e coletivos, digitalizar os serviços públicos, ampliar circuitos de cultura, esportes, educação e trabalho na cidade, recuperar rios e prevenir enchentes.

**3. Agenda Belford Roxo** • @simeusoudomeio | Construída por muitas mãos, de quem ama esse município e acredita na transformação coletiva. Uma proposta de direito à Cidade que é segurança, ter acesso à saúde, à educação e a uma rua devidamente iluminada, ao direito de ir e vir, saneamento básico. Política pública para dar direito e acesso à moradia aos mais vulneráveis.

**4. Agenda Nossa Meriti** • @nossameriti | Espaço de formação, construção de propostas e monitoramento, a partir da articulação de lideranças e movimentos na cidade de São João de Meriti. Pela formação, foram apontados eixos prioritários que servem de base para a construção de uma agenda propositiva.

**5. Agenda Caxias 2030** • @movimentacaxias

| Protagonismo popular através de estratégias da construção de políticas públicas participativas, plurais e inclusivas que movimentem estruturalmente a configuração atual do município através dos eixos: segurança pública e direitos humanos, cultura e educação, combate à fome e à pobreza e meio ambiente e desenvolvimento urbano, nos quatro distritos de Duque de Caxias.

**6. Agenda Magé 2030** • @naocorte.plante | Propostas para construção de uma Magé verde e sustentável, a partir da participação de lideranças locais e moradores em ações para proteger e expandir áreas ambientais, despoluir a Baía de Guanabara, ampliar os transportes ativos, fomentar a economia criativa, valorizar os profissionais de saúde e adequar uma nova política de habitação.

**7. Plano Santa Cruz 2030** • @santa.cruz2030 | Repensar a lógica centro-periferia, inserindo a Região Administrativa de Santa Cruz como outra centralidade possível da metrópole, cobrando por responsabilidade social e climática ao poder público e às empresas locais. São quatro eixos prioritários para os moradores e moradoras: saúde, emprego & renda, educação, cultura.

**8. Agenda Vila Kennedy 2030** • @casadeayavk | A Agenda Vila Kennedy 2030 pretende fazer o exercício de imaginar o futuro do território onde existam políticas públicas que funcionem e atendam a todos os moradores e moradoras. De acordo com a própria comunidade, os temas mais urgentes a serem tratados são emprego, saneamento, saúde, educação e transporte.

**9. Agenda Realengo 2030** • @agendarealengo2030 | Sonho dos moradores, ter o Parque de Realengo Verde em 100% do terreno da Fábrica de Cartuchos. Destaque para propostas por justiça climática e enfrentamento do racismo ambiental, preservação da história e memória, fortalecimento do patrimônio ecológico e cultural na RA Realengo.

**10. Carta da Maré 2030** • @cocozapmare, @data\_labe, @redesdamare | Discutir e mobilizar sobre saneamento no complexo da Maré para garantir esse direito social básico e melhorar a qualidade de vida da população. Chamar atenção para o racismo ambiental e a falta de compromisso do poder público, agências reguladoras e empresas concessionárias de serviços de saneamento básico no território.

**11. Agenda São Gonçalo 2030** • @ressucitasaogoncalo | Pela soberania alimentar dos gonçalenses, com mobilidade eficiente (metrô linha 3 e barcas) e saneamento para todos. Propostas para a economia e emprego, mobilidade urbana, segurança pública, saneamento básico e meio ambiente, saúde e assistência social, educação, cultura, gestão pública e transparência.

**12. Agenda Itaboraí 2030** • @observatorioitaborai | A partir do entendimento de que o transporte desencadeia questões-chave para se pensar o município de Itaboraí. A Agenda se propõe a realizar um breve diagnóstico ao pensar propostas de enfrentamento à precarização da vida ao estimular o direito à cidade, gestão colaborativa e qualidade de vida dos munícipes.



## SEGUE A MISSÃO

Partimos da ideia de **mudar o curso do Rio de Janeiro**, nesses 10 anos de organização, reinventando diariamente a missão de construir coletivamente políticas e ações públicas com foco na redução das desigualdades, no aprofundamento da democracia e no desenvolvimento sustentável. Em 2022, a Casa Fluminense e sua rede entregam a nova versão da publicação que busca endereçar os interesses, investimentos e gastos públicos na Região Metropolitana do Rio.

Neste bicentenário da “independência” e centenário da semana de “arte moderna”, mais do que nunca, seguimos enfrentando opressões seculares e violências estruturais no nosso presente. Modernizar o passado precisa ser de fato uma revolução, pois, para falar de futuro o que a Cúpula dos Povos está pedindo hoje ainda é **pão e teto**. Em paralelo, a Rio+30 tem o desafio de defender ações coerentes com os compromissos climáticos já assumidos e que, de fato, consigam frear a degradação ambiental e efeitos dos eventos extremos em nossos bairros e favelas.

Neste ciclo, repetimos que nosso horizonte para **justiça social** na metrópole fluminense passa invariavelmente pela economia, por raça, por gênero e por justiça climática.

Essa visão se territorializa, materializa e baliza ainda mais nas Agendas Locais, células onde as sugestões de mudança são concretas, falam da estrutura urbana, política e técnica que precisam estar disponíveis para acessarmos direitos, reafirmarmos nossa identidade. Garantir dignidade, paz e prosperidade das populações e do planeta, em parceria, são nossos objetivos.

Virar as páginas dessas publicações, e dessa história que estamos vivendo, é um **compromisso** que a nossa teia assume, propondo novos modelos de encarar as políticas públicas. Reduzir o custo de vida, o peso das tarifas dos serviços públicos, desnaturalizar as mortes violentas, a letalidade policial e os genocídios. Lutar por reparação e equidade para cuidar adequadamente de populações cuja relação com a interseccionalidade é cotidiana, assim como lutar pela intersectorialidade na gestão pública e a simbiose entre a humanidade e a natureza. São nossos desejos, é o que devemos eleger.

Apostaremos nos velhos conhecidos, cursos, fóruns, fundos, e confiaremos nas pesquisas. Nesse caminho aberto, seguiremos de olho nos transportes que nos conduzirão a sistemas bons, baratos, seguros e limpos, e usando dos guias para dar luz nesses trilhos, nessas periferias. No próximo verão, que a esperança seja de que o **combate ao racismo ambiental** não vire só uma síntese conceitual imprescindível, mas uma aplicação prática necessária em todos os setores e territórios.

Afinal, estamos na **Década da Ação**, da comunicação, da mobilização, da informação, monitorando e propondo, em casa e na rua, planejando e executando uma nova história, com novas protagonistas.

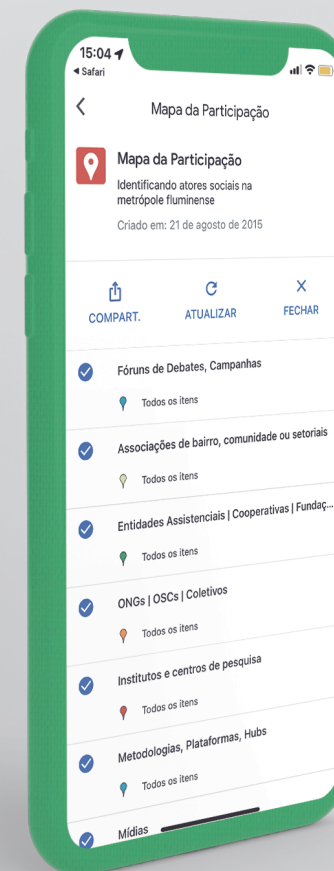
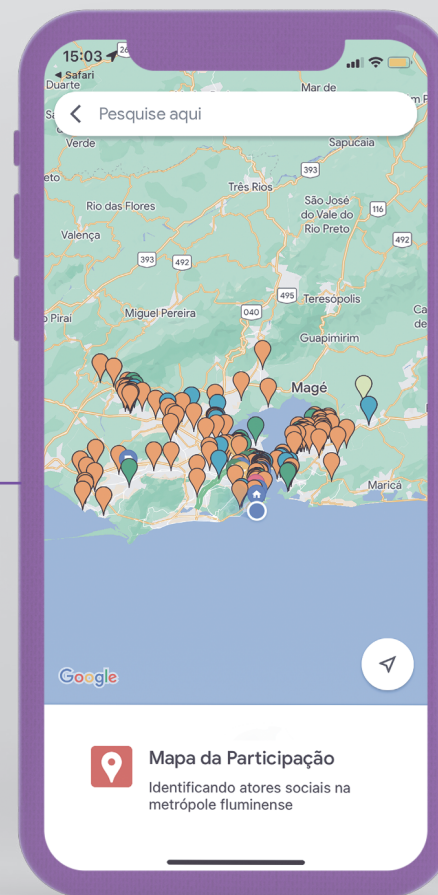
**Receba!**



## AGRADECIMENTO

A Casa agradece às organizações e às pessoas maravilhosas associadas a nós, que representam nosso Conselho e nossa Rede de Lideranças, pela participação na atualização da Agenda Rio 2030 neste ano tão desafiador. Agradecemos também especialmente aos integrantes das Agendas Locais e ocupantes da OCA Urbana Fluminense, pela força das contribuições feitas durante as rodadas de escuta ativa para a edição de 2022. A rede de parceiras da Casa Fluminense, ao longo dessa última década de construção coletiva, é parte da escrita

do presente documento. Tão importante quanto as publicações, são os processos e os propósitos, por isso contamos com uma teia cada vez mais ampla e diversa nessa jornada, somando mais de 300 entidades da sociedade civil, que compartilham saberes para alcançarmos uma Região Metropolitana mais justa nesse rio de janeiro. Uma versão, também sintética, da potência e capilaridade dessa galera está representada pelo **Mapa da Participação**, que segue em movimento ao nosso lado. Obrigada!



## MAPA DA PARTICIPAÇÃO

Acesse o mapa através do QR-Code

# FICHA TÉCNICA

## AGENDA RIO 2030 | EDIÇÃO 2022

**Apoio** | Fundação Ford | Instituto Clima e Sociedade | Open Society Foundations | ITDP

**Coordenação da publicação** | Claudia Cruz | Larissa Amorim | Lucas Martins | Taynara Cabral

**Pesquisa** | Bruna Neres | Jennifer Dias | Lennon Medeiros | Luize Sampaio

**Edição** | Fabiana Silva | Henrique Silveira | Taty Maria | Vitor Mihessen

**Suporte administrativo** | Larissa Cunha | Letícia Marinho

**Revisão ortográfica e gramatical** | Mariflor Rocha

**Identidade visual e projeto gráfico** | Arthures Garcia

## EQUIPE DA CASA

**Coordenação Geral** | Henrique Silveira

**Coordenação de Operações** | Taty Maria | Larissa Cunha | Letícia Marinho

**Coordenação de Comunicação** | Larissa Amorim | Taynara Cabral | Luize Sampaio | Rahzel Alec

**Coordenação de Mobilização** | Fabiana Silva | Jennifer Dias | Lennon Medeiros

**Coordenação de Informação** | Claudia Cruz | Lucas Martins | Bruna Neres

**Coordenação Executiva** | Vitor Mihessen

## LISTA DE IMAGENS

**Capas** | Patrick Marinho, Matheus Afonso, AF Rodrigues, Fábio Caffé, Paulo Oliveira,

Moonjay, Lais Dantas

**Miolo** | Pág. 4: Patrick Marinho; Pág.10: Patrick Marinho, Matheus Afonso; Pág.16: Nayane

Silva; Pág. 22: Matheus Afonso, Moonjay; Pág. 28: Patrick Marinho; Pág. 36: Fábio Caffé,

Matheus Afonso; Pág. 38: Paulo Oliveira, Patrick Marinho

**Acesse aqui publicações anteriores**



[Mapa](#)



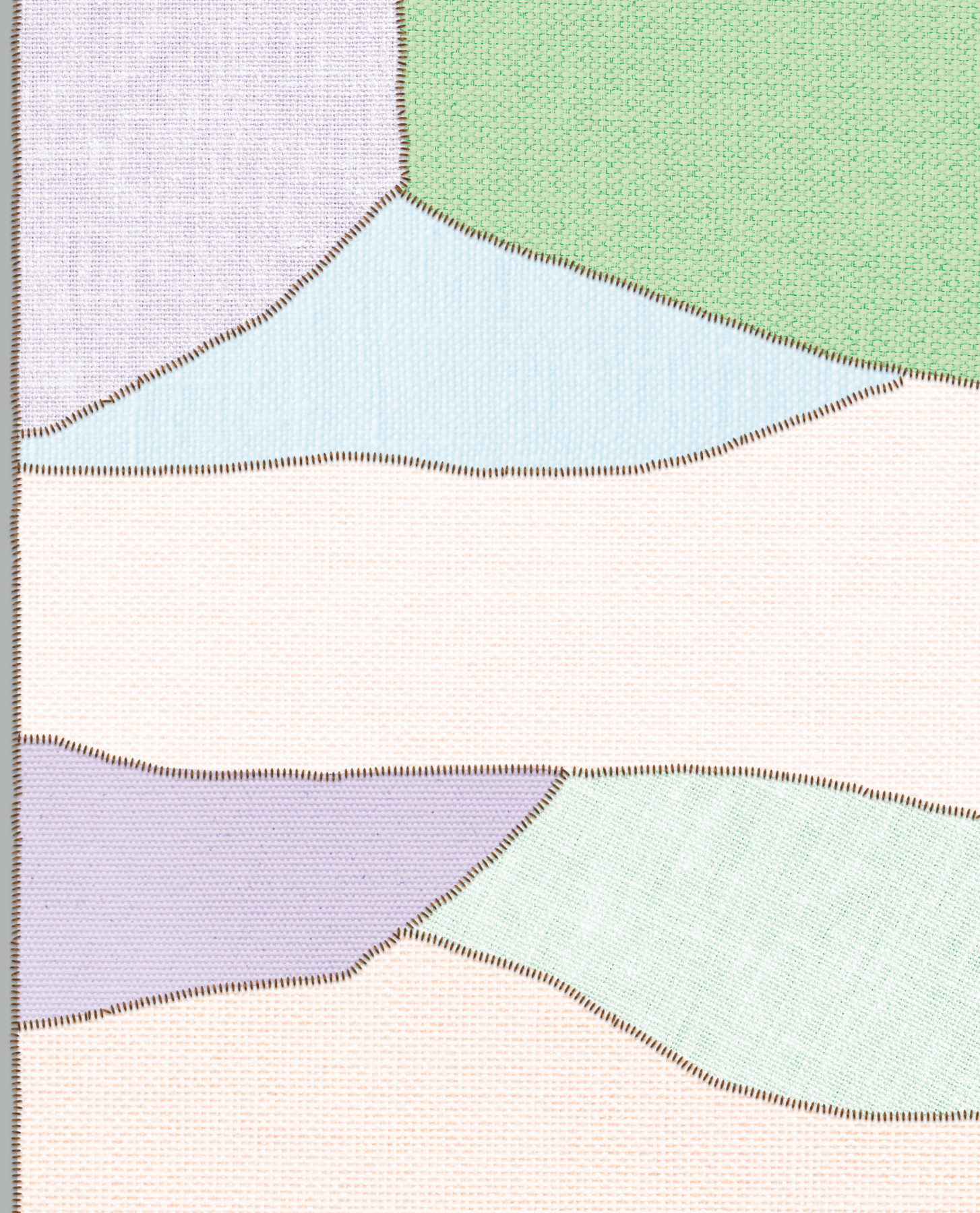
[DOT](#)



[Guia](#)



[Relatório](#)





F CASA  
  
FLUMINENSE

Edição 2022

ISBN: 978-65-994570-7-4



9 786599 457074